



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais variados para realizar a confecção de enfeites natalino diversos, destinados à decoração do Centro Administrativo e a ambientação da Casa do Papai Noel, dentre outros ambientes distribuídos pelas ruas do Município de Portalegre/RN. Conforme especificações deste Termo de Referência e quantitativos constantes na Requisição de Material anexo aos autos.

A aquisição dos produtos, darão forma e vida ao **Natal na Serra**. Um evento cultural que teve início em 2021 e será continuado nos anos subsequentes a esta gestão.

1.2. Órgão requisitante: Secretaria de Administração e Recursos Humanos e demais secretarias.
CNPJ: 08.358.053/0001-90

2. RELAÇÃO DOS ITENS – Memorial Descritivo

2.1. Registro de Preço para aquisição de materiais variados para realizar a confecção de enfeites natalinos, bem como a aquisição de enfeites natalinos diversos, dentre eles, enfeites luminosos destinados à decoração de ruas, prédios, praças e locais específicos dos órgãos da administração.

2.2. Os materiais listados não necessariamente serão adquiridos em sua totalidade, pois os mesmos encontram-se em quantidades estimadas, para atender as necessidades da Prefeitura.

2.3. Os materiais ofertados deverão atender as normas da ABNT e do INMETRO e alguns materiais licitados.

2.4. Todos os itens de equipamento eletrônico deverão ser com voltagem 220 e ou bivolt. Deverão, obrigatoriamente atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial – ABNT, INMETRO.

2.5. Para todos os produtos será exigida a amostra.

2.6. Dos materiais ofertados não serão admitidos em hipótese alguma produtos reconicionados, manufaturados e/ou reciclados, amassados e enferrujados

Item	Descrição do Item/ Especificações	Imagem	Und	Total
		<p style="color: red;">Para TODOS os itens listados deverão ser enviadas AMOSTRAS para aprovação, através de Catálogo. Imediatamente após o certame. Estas Imagens são meramente ilustrativas, mas, poderão ser usadas como base</p>		
1.	Arvore de Natal Verde – 90/92cm com cerca de 100 galhos, na cor verde. Pinheiro Tradicional. Preferencialmente com base em ferro.		Und	10



2.	Arvore de Natal Verde – 1,20mt com cerca de 220 galhos, na cor verde. Pinheiro Tradicional. Preferencialmente com base em ferro.		Und	10
3.	Arvore de Natal Verde – 1,50mt com cerca de 237 galhos, na cor verde. Pinheiro Tradicional. Preferencialmente com base em ferro.		Und	10
4.	Arvore de Natal Verde – 1,80mt com cerca de 388 galhos, na cor verde. Pinheiro Tradicional. Preferencialmente com base em ferro.		Und	02
5.	Arvore de Natal Verde – Pinheiro Dinamarca – 2,10mt com cerca de 860 galhos		Und	02
6.	Arvore de Natal Verde Luxo – Pinheiro Dinamarca – 2,70 com cerca de 1620 galhos.		Und	01
7.	Arvore de Natal Luxo 90cm com 73 galhos.		Und	15



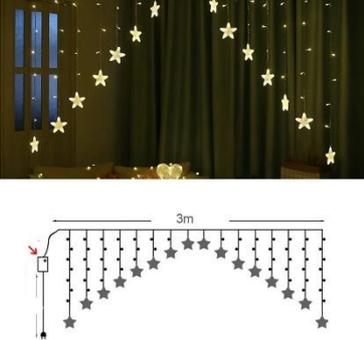
8.	Arvore de Natal Luxo 60cm pinheiro de mesa cor verde com 35 galhos.		Und	15
9.	Arvore de Natal em formato de KACTOS 100cm com 17 galhos.		Und	15
10.	Arvore de Natal Mine em formato de pinheiro. Tamanho de 30cm.		Und	25
11.	Bola em Vinil, lisa e brilhante 20cm. Cor a definir no pedido. Preferencialmente Vermelha e dourada.		Und	200
12.	Bola em Vinil, lisa e brilhante 40cm. Cor a definir no pedido.		Und	30
13.	Bola inflável gigante de Natal – 59 cm para decoração de casa, jardim ao ar livre, bola de Natal inflável de PVC, bola decorativa para jardim ao ar livre (I). Cor e estampa a combinar no pedido.		Und	20
14.	Pacote com 2 bolas de Natal lisa, 12cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	50
15.	Pacote com 2 bolas de Natal lisa, 10cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	50
16.	Pacote com 2 bolas de Natal lisa, 8cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	100



17.	Pacote com 4 bolas de Natal lisa, opaca e texturizada, 8cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	50
18.	Pacote com 4 bolas de Natal lisa, 5cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	100
19.	Pacote com 6 bolas de Natal lisa, 4cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	60
20.	Pacote com 12 bolas de Natal lisa, 3cm. Cor a definir no momento do pedido.		Pct	04
21.	Bola Decorativa Natalina – Kit com 24 bolas natalina 8cm. Cor a definir no pedido		Kit	10
22.	Bolas kit c/9 boas natalinas mista textura arabescos e outros. 6cm. Cor a definir no pedido. (dourada ou vermelha)		Kit	25
23.	Bolas Kit 2 bolas de natal dourada e preto arabesco pendente natalino		Kit	10



24.	Boneco Papai Noel saxofone 180/160m Dança e Canta. 110/220 Bivolt. Corpo e Acessórios em PVC –		Und	01
25.	Carpete para Evento Grama Verde 3mm-02 metros de largura.		Mt	10
26.	Carpete para Evento – Passadeira Vermelha com 1mt largura.		Mt	20
27.	Cascata 400 leds fixo, 9,5 metros a prova d'água fio branco – bivolte para 31v Comprimento aproximado: 9,5 metros Altura: quedas de 35cm a 60cm aproximadamente (variam os tamanhos de cada queda). Aproximadamente 63 quedas e 15,5 cm de distância entre os fios. Potência: 9w		Und	02
28.	Cortina de floco de Neve, luzes de led de natal para janela Cordão de fada à prova d'água, 4 metros com 96 leds.		Und	02
29.	Cascata de Led com Estrelas tam 2,5mt com 8 funções queda de 68cm e 42cm. Medida das estrelas 18x18 e 9x9. 220v Possui 138 Led's. São 12 fios (quedas) Espaçamento de aproximadamente 21 cm entre cada fio. Potência: 7,5w		Und	15

<p>30.</p>	<p>Cortina de led para porta de entrada. Cor dos LED's: Branco Quente. Cor do fio: Transparente. Modelo: 8 FUNÇÕES (7 funções de pisca e 1 função fixa, fica sem piscar). Voltagem: 220v. 136 Leds. São 16 fios (quedas). Espaçamento de aproximadamente 19 cm entre cada fio. Tamanho: 3 metros (Largura) x 1,1 metros (Altura maior) x 15 cm (altura menor). Cabo: 60 cm Estrela mede: 10cm x 10cm</p>		<p>Und</p>	<p>05</p>
<p>31.</p>	<p>Enfeites de Floco de Neve de Plástico Branco, Enfeites de Inverno, Enfeites de Floco de Neve Pendurados para a árvore de Natal do País das Maravilhas do Inverno. pacote de 36 peças de enfeites de floco de neve de plástico brilhante e branco com cordas; duas formas com 4 tamanhos, 12,5 cm * 8 unidades, 10cm * 8 unidades, 7,5 cm * 10 unidades, 5 cm * 10 unidades.</p>		<p>Kit</p>	<p>02</p>
<p>32.</p>	<p>Enfeite kit diversos nas cores DOURADO ou VERMELHO. Kit com 43 itens sortidos em modelo pendente com aproximadamente 3cm – contendo 1 palavra feliz natal + laços, caixinhas de presente + tambores + maçãs + pingentes bola + papai noéis e pinhas.</p>		<p>Kit</p>	<p>04</p>
<p>33.</p>	<p>Enfeite Natalino pinhas naturais – kit com 20 peças</p>		<p>Kit</p>	<p>15</p>
<p>34.</p>	<p>Enfeite Cordão Natalino Bolinhas 1,80m- Cor a definir no pedido. Pacote</p>		<p>Pct</p>	<p>20</p>
<p>35.</p>	<p>Enfeite Cordão Natalino Bolinhas com pingentes 1,80m- Cor a definir no pedido. Pacote</p>		<p>Pct</p>	<p>20</p>



36.	Fantasia do Papai Noel Adulto contendo Barba + óculos + Luvas + gorro e veste completa com cinto 9Peças. Tamanho G e GG. A definir no pedido.		Und	10
37.	Fita Natalina Aramada – 3,8mm medindo cerca de 3mt cada rolo – estampas sortidas cor e estampa a definir no pedido 7,90		Und	30
38.	Fita Natalina Aramada – 6,3mm medindo cerca de 5mt cada rolo – estampas sortidas cor e estampa a definir no pedido 7,90 a 11,90 a 13,00		Und	15
39.	Fita Natalina xadrez – 3,8cm de largura medindo cerca de 2,7 mt cada rolo – cores fortes e nítidas. 4,50		Und	20
40.	Fita Natalina Aramada vermelho e ouro – 3,8cm de largura medindo cerca de 914cm cada rolo – cores fortes e nítidas. 19,90		Und	20
41.	Fita Metalizada Aramada com 15mm de largura medindo 10mt comprimento cada rolo. Cor a definir no pedido. 25,21		Und	20
42.	Fita Metalizada Aramada com 4mm de largura medindo 10mt comprimento cada rolo. Cor a definir no pedido. 18,15		Und	20
43.	Fita de Juta com Ouro – largura 20mm rolo com 10mt		Und	10
44.	Fita de Juta com Ouro – Largura 38mm rolo com 10mt		Und	10



45.	Fita de Juta com Ouro lagura 60mm rolo com 10mt		Und	10
46.	Fita de Juta colorida – largura 40mm Rolo com 10 Metros – cor a definir no pedido		Und	10
47.	Fio dourado em cetim metálico (rabo de rato) – largura 4mm Rolo com 100 Metros – cor a definir no pedido. 35,00		Und	05
48.	Fio dourado em cetim metálico (rabo de rato) – largura 4mm Rolo com 50 Metros – cor a definir no pedido. 20,00		Und	10
49.	Festão Armado, verde com 180 galhos 2metros x 35cm –		Und	200
50.	Festão Armado, verde com 120 galhos 2metros x 20cm –		Und	50
51.	Festão Armado, verde com 130 galhos 2metros x 35cm –		Und	50
52.	Festão verde com 5cm de enfeite – 02 metros		Und	200
53.	Festão Triplo Verde – largura 14cm com 3mts		Und	100
54.	Flores de Natal, contendo 05 flores plásticas por galho/maço, cor vermelha, miolo dourado		Maço	200
55.	Guirlanda de Festão Verde - 45cm com cerca de 160 Galhos		Und	20

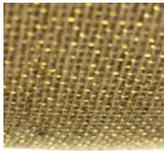


56.	Kit Capas almofadas Temas Natalinos Com 4 capas tam 45x45cm.		Kit	06
57.	Laço vermelho Enfeite Natalino com 5,5 largura e 6cm largura – cartela com 12 laços.		cartela	U20
58.	Laço dourado Enfeite Natalino com 5,5 largura e 6cm largura – cartela com 12 laços.		cartela	20
59.	Meia de Natal de linho decorada para pendurar. Medindo 21 altura e 16cm largura.		Und	10
60.	Manta acrílica, perlon filtros, espessura aproximada 1cm – gramatura 60 m ² , largura 1,40mt. Rolo com 20 Metros		Rolo	30
61.	Mesas (DUAS) Provençal Desmontável mdf cru - 80x70x70 Mdf de coloração clara e fibras fechadas, facilitando a pintura e a lixa. Kit Festa 2 Mesas Provençal Desmontável mdf cru - 80x70x70 Características: Medida do item: 80 x 70 x 70 cm (Altura X Largura X Comprimento) Medida do tampo: 70 cm (Diâmetro) Material: mdf cru 9 Itens Inclusos: 02 Mesas Provençal Desmontável mdf cru - 80x70x70		Und	2



62.	Mesa em MDF cru estilo provenção medindo 100x60 altura 80cm		Und	01
63.	Prateleira decoração estilo Arabesco MDF cru. Altura 90cm x largura 20cm x comprimento de 35cm		Und	5
64.	Ponteira para Arvore de Natal – Estrela 17cm Dourada		Und	02
65.	Projektor de luz noturna com projetor estrelado ajustável com 21 modos de iluminação com controle remoto e projetor de estrelas de ondas do oceano integrado, projetor de música para decoração.		Und	02
66.	Presépio Natalino em borracha Imagem fabricada toda em borracha reciclada, inquebrável. José: 21 x 9 x 8cm Maria: 15 x 10 x 8cm Menino Jesus: 6 x 8 x 12cm Anjo: 16 x 10 x 8cm Pastor: 14 x 6 x 9cm Gaspar: 15 x 9 x 9cm Baltazar: 19 x 8 x 7cm Belchior: 22 x 11 x 7cm Cavalo: 8 x 12 x 5cm Boi: 8 x 13 x 5cm Ovelha: 6 x 10 x 4cm Estrela: 1 x 12 x 7cm		Und	01



67.	Sacolas Natalinas em Papel Tamanho médio modelos e cores diversas.		Und	20
68.	Tecido Jacquard Estampado Parade Tijolo (desenho no sentido da largura) Vermelho com 2,80 de altura.		Mt	20
69.	Tecido Veludo Cristal Vermelho – Largura 1,40mt		Mt	50
70.	Tecido Xadrez Vermelho com Verde 1,40 largura.		Mt	30
71.	Tecido Juta Natural Trama Média P-9 largura 1mt		Mt	30
72.	Tecido Juta com fios dourados – P9 largura de 1mt		Mt	20
73.	Tecido Juta colorida Lisa – Media – Cor preferencialmente Verde e Vermelho Natal, a definir no pedido		Mt	15
74.	Tecido Feltro Cores variadas a definir no pedido.		Mt	100
75.	Tecido Oxford – Cores variadas. Largura 1,40mt. Cor a definir no pedido.		Mt	200



76.	Tecido Oxford Estampa Natalina – 1,40mt Estampa e cor a definir no pedido.		Mt	100
77.	Tecido Jacquard Tradicional com 2,80mt de largura. Estampa e cor a definir o pedido.		Mt	50
78.	Tecido Voil. (voal) para cortina. Largura 3mt. Cor a definir no pedido.		Mt	30
79.	Touca Papai Noel – Vermelha		Und	150
80.	Tinta automotiva do tipo esmalte sintético com acabamento em alto brilho e cor dourado metálica em recipientes de conteúdo: 1lt.		Und	15
81.	Tinta Spray metálica 300/350ml – cor a definir no pedido.		Und	25
82.	Tinta spray uso geral 350ml – Secagem Rapida – Cor a definir no pedido.		Und	25

83.	Tinta Epoxi para piso cerâmico. 3,6lt Cor a definir no pedido podendo ser esta (verde ou vermelha)		Und	10
84.	Verniz Marítimo alto brilho. 3,6lt		Und	03

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Justificamos que se trata da eventual aquisição de produtos natalinos diversos e ainda produtos para confecção da casa do papai noel e ornamentação para parte interna do Centro Administrativo e demais órgãos da administração. Esses produtos darão forma e vida ao Natal na Serra. Um evento que iniciou em 2021 e tem previsão para ser ampliado durante os anos subsequentes dessa gestão municipal.

3.2. Para a população em geral, as festividades de final de ano possuem um grande valor sentimental, possui também grande importância para o comércio local.

3.3. A aquisição destes Materiais para Decoração justifica-se pela festividade do natal, que traz consigo a fraternidade, os eventos alusivos a tal data, bem como, o aumento na movimentação no comércio local, a decoração natalina irá impulsionar o turismo, dentre os quais potenciais investidores. Assim, a Prefeitura Municipal de Portalegre RN, deseja tornar essa data especial em um momento aprazível para a população, além de contribuir com o crescimento da cidade.

3.4. Para valorizar o espírito natalino de nossa cidade, promover um aspecto de beleza e harmonia nesta data, a Prefeitura de Portalegre tem desenvolvido o projeto de iluminação decorativa desde 2021, quando apresentou a primeira versão do Natal na Serra. A ideia é espalhar o espírito natalino nos corações dos portalegrenses. No fim do ano ruas, praça e prédios serão decoradas com iluminação natalina, ambientando o espaço urbano para que as famílias possam contemplar a tradicional decoração de Natal.

3.5. O projeto natalino 2022 para a cidade de Portalegre terá como princípio a integração da população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o momento sugere.

3.6. *O projeto será executado conforme especificações e quantitativos constantes na Requisição de produtos especificado pela secretaria. Produtos esses que serão utilizados de forma parcelada e na realização da decoração natalina no município de Portalegre RN.

3.7. *Desse modo, enfatizamos que o presente Termo de Referência pretende atender a demanda da secretaria solicitante de forma a garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos com qualidade e eficiência.

4. *JUSTIFICATIVA PELO CRITÉRIO DA ESCOLHA

4.1. *A Aquisição de produtos natalinos e produtos para confecção de enfeites natalinos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Administração, Ação Social e Educação do Município de Portalegre será de forma unificada e através de **Pregão Presencial**. Esta aquisição, se faz



necessária para o cumprimento de suas atividades finalísticas e administrativas, por serem produtos de atendimentos e entregas imediatas, independente do dia, horário e local, será motivada pela sua necessidade e se dará exclusivamente em função do Registro de Preços mediante Processo LICITATÓRIO que será destinado para esse fim, observando a sua habilitação jurídica para tal fim, a sua notória capacidade e reconhecimento na região, como uma empresa idônea no mercado regional, capacitada para fornecer os produtos objeto desta contratação. De realizar negócios contratuais com entidades públicas, prestar serviços com garantia, honestidade, presteza e assiduidade.

4.2. A Lei 10.520/2002, com o amparo subsidiário da Lei 8.666/93, disciplina em seu artigo 1º e seu parágrafo único, o uso de **Pregão para bens e serviços comuns**, o que também é caracterizado pelo objeto que se pretende licitar. As normas que disciplinam as licitações públicas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que informadas no edital e não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. A modalidade de licitação é a forma específica de conduzir o procedimento licitatório, a partir de critérios definidos em lei. O valor estimado para contratação é o principal fator para escolha da modalidade de licitação, exceto quando se trata de pregão, que não está limitado a valores.

4.3. *A contratação, objeto deste termo de referência, tem amparo legal, integralmente nas Leis Federais nº10.520/2002 e nº 8.666/1993 e suas alterações e visa atender a necessidade da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, que tem sede no Estado do Rio Grande do Norte e carece dos produtos elencados neste termo de referência, para o cumprimento de suas atividades e neste termo pretende valorizar o espírito natalino da cidade trazendo como princípio a integração da população em torno do brilho das luzes e do clima de união e solidariedade que o momento sugere.

4.4. A aquisição dos produtos trarão benefícios diretos e indiretos a população, e nos darão condições de darmos continuidade nas ações e atividades inerentes ao bom funcionamento dos serviços da administração pública municipal em geral, serviços de atendimento a população e serviços internos, por tanto material esse de supra importância para manter as atividade e ações desenvolvidas por essa gestão;

4.5. O quantitativo fora definido de acordo com as necessidades informadas por cada Intenção de Registro de Preços respondida pelos órgãos e suas respectivas secretarias, com o objetivo de realizar um único procedimento licitatório que auxiliará na uniformidade da contratação, evitando a aquisição de produtos iguais, mas com preços distintos, além de auxiliar na economia de escala e, evitando, também gastos com publicações, materiais e recursos humanos caso se realize várias licitações.

4.6. A legislação vigente que regula as aquisições no setor público alberga instrumentos que podem ser utilizados e possibilitam maior eficiência nas aquisições e melhoria na gestão, tais quais a **adoção de Ata de Registro de Preços – ARP**.

4.6.1. Dentre as vantagens em se utilizar o SRP destacam-se as seguintes:

- Evolução significativa da atividade de planejamento organizacional, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas.
- Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até 01 (um) ano. É o atendimento ao Princípio da Economicidade.
- Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro.
- Otimização dos processos de contratação de bens e serviços pela Administração.
- A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os produtos registrados.
- Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os produtos e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais.
- Vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados.
- O orçamento será disponibilizado apenas no momento da contratação.
- Celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados.
- Atendimento de demandas imprevisíveis.



- Possibilita a participação de pequenas e médias empresas em virtude da entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada.
- Redução de volume de estoques e conseqüentemente do custo de armazenagem, bem como de perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.
- Maior eficiência logística.

4.7. *Diante das razões expostas e tratando-se de despesa contínua, se faz necessário o **Registro de Preços** para a eventual contratação, porém observando os Princípios Constitucionais da Isonomia, impessoalidade e a selecionar a proposta mais vantajosa para o município. Ressaltamos que os referidos PRODUTOS E OU SERVIÇOS só se darão mediante a prévia autorização do Secretário responsável previamente identificado; e que as quantidades estimadas são para a finalidade de Registro de Preços o que poderá viabilizar a administração a possibilidade de utilização apenas da quantidade necessária para o bom desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo município durante a vigência da **Ata de Registro de Preços (ARP)**.

4.12. *Para o planejamento, foram mapeados serviços e materiais de uso comum entre os diversos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, para os quais se requer a coordenação e controle de compras visando o constante atendimento da administração.

5. *JUSTIFICATIVA PELO CRITÉRIO DA ESCOLHA NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL EM DETRIMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.5. *O Projeto Básico que serve de parâmetro para a elaboração do presente Termo de Referência teve como objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, a ser realizado sob a modalidade **Pregão, tipo Presencial, constituição de REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de materiais variados para realizar a confecção de enfeites natalinos, dentre eles, enfeites para a decoração interna do centro administrativo e para casa do papai noel, podendo ser ainda utilizado em praças e locais específicos dos órgãos da administração direta do Município de Portalegre/RN, durante os 12 (doze) meses seguintes a contratação, conforme este Termo de Referência.

5.6. A Administração Pública, para contratar com terceiros, tem como prerrogativa a licitação pública, procedimento de cunho obrigatório, determinado no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos.

5.7. Existem diversas modalidades de licitação, sendo o pregão a mais recente. Instituído pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, o pregão deve ser utilizado para aquisição de bens e serviços comuns de qualquer valor. A sua forma eletrônica, regulamentada pelo Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, é preferencial, sendo obrigatória a justificativa para uso na forma presencial.

5.8. Em atendimento ao § 2º do Art. 1.º do Decreto 5.504/05, a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica deverá ser justificada. Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade. Além disto tem se observado através de acompanhamento de pregões eletrônicos que embora tenha sido concebido para agilizar os procedimentos, excessiva demora em suas conclusões, dado ao grande volume de empresas que declinam de suas propostas o que não ocorre na forma presencial.

5.9. *A modalidade licitatória que pretende-se adotar é a de **pregão, na forma presencial**, tomando por amparo legal o que está previsto na Lei 5.520/2002, e subsidiadamente pela lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Pelo fato imperativo de fomentar a economia local e da região, amplamente afetados com a pandemia, bem como, proporcionar o rápido acesso aos produtos tendo em vista que o período natalino esta próximo e a aquisição desses produtos é de extrema urgência, tomando por base que este município não dispoe de estoque para iniciar os serviços. Um fato relevante que também nos leva a realizar o pregão de forma presencial é a agilidade dos serviços e o imediatismo deste, já que nem todos estão previstos em calendários prévios e podem ser decididos em curto espaço de tempo,



temos por experiência própria que as empresas de outros Estados demoram na entrega dos produtos, oneram os custos com os fretes e por se tratar de aquisição de forma imediata, dada a avançada data para início dos trabalhos. não cabe a demora na entrega, face esclarecimentos, ora expostos:

- a) A Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 que versa sobre o pregão, requer que o mesmo poderá ser aplicado na contratação de bens e serviços comuns, onde a finalidade seja obter itens de simples descrição;
- b) A folha nº 31 da 3ª Edição do Tribunal de Contas da União, discorre em sua publicação que a modalidade pregão deve ser utilizada “exclusivamente” à contratação de bens e serviços comuns;
- c) O MUNICÍPIO DE PORTALEGRE está localizada em uma região que fica distante 400km da capital.
- d) Acórdão 1168/2009 Plenário (Sumário). A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade;
- e) Acórdão 2564/2009 Plenário. Adote a forma eletrônica nos pregões, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada nos autos pela autoridade competente, observando o disposto no item 9.2.1 do Acórdão 2471/2008 Plenário;

5.10. No início deste ano realizamos o pregão eletrônico nº 005/2022 com aviamentos. O pregão eletrônico, embora tenha todas as suas vantagens, também tem suas desvantagens. O resultado é que temos ganhadores em outros estados e isso inviabiliza a escolha dos tecidos e aviamentos para realização do pedido. Inviabilizou também o pedido para uso do momento pois os fornecedores não querem atender a pequenas quantidades em virtude do gasto com fretes.

5.11. Os produtos Natalinos, principalmente os de decoração só estão à disposição dos clientes próximo ao Natal e vão chegando aos poucos... Já que se trata de um produto sazonal e quando estão à disposição para escolha em outros estados fica difícil a logística da escolha e compra. Ter o produto na região facilita a compra, a entrega e favorece o princípio da economicidade pois quanto mais próximo menor será o custo agregado.

5.12. *Sendo assim, pelo que vê, a utilização do pregão, na forma presencial, que pretendemos utilizar não é modalidade extinta e nem revogada, desse modo, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a aquisição do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos. Diante acima exposto justifico a realização de PREGÃO PRESENCIAL.

6. JUSTIFICATIVA PELO CRITÉRIO DE PREÇO.

6.5. A razão da contratação pelo critério de preço observará exclusivamente o menor valor por item, determinado em função do Registro de Preços oriundo de Processo Licitatório, conforme determina à Lei, contratando-se aquela cujo preço for o de menor valor proporcionando vantagem à Administração e que esteja de acordo com os preços praticados no mercado.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

7.1. O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº. 3.555/00 haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas dos serviços/materiais são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio do Pregão.

7.2. A quantidade estimada para o presente processo administrativo, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma garantia de faturamento.



8. DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Neste caso específico, justifica-se que o uso do SRP foi adotado em razão da natureza do objeto, pois pelas características dos bens, há a necessidade de contratações frequentes para atendimento a mais de um órgão ou entidade e programas de governo, e não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, o que se enquadra no art. 3º, incisos I, III e IV, do Decreto nº 7.892/2013, e no art. 3º, incisos I, II e III, do **Decreto Municipal nº 016/2017 alterado pelo Decreto Municipal nº 029/2017, razão pela qual se considera cabível a adoção do SRP.**

9. *ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS DO OBJETO:

9.5. As especificações descritas são medidas mínimas para a aquisição do objeto, podendo possuir medidas superiores às discriminadas no presente objeto.

9.6. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, garantias e quaisquer outras despesas para entrega do objeto deste Termo de Referência.

9.7. *Todos os itens de equipamento eletrônico deverão ser com voltagem 220 e ou bivolt.

9.8. *As especificações e quantitativos do objeto deste Termo estão elencados no Memorial Descritivo. Item 2.

9.9. *Os produtos ofertados pela (s) proponente (s) deverão, obrigatoriamente atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc. – tomando-se por base as recomendações técnicas oferecidas pela NBR 5101/92.

9.10. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

9.11. A contratada é vedada de subempreitar ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em partes, sem o expreso consentimento do contratante, sendo motivo de rescisão contratual o descumprimento.

9.12. O contratante não se obriga a adquirir a quantidade total registrada, podendo solicitar o fornecimento dos itens conforme a necessidade demandada pelas Secretarias.

10. OUTRAS PRESCRIÇÕES:

10.01. Deverão ser observadas as prescrições a seguir, todas condicionantes da aceitação da proposta e da prestação dos serviços/ licitados;

10.02. Não será aceita a prestação de serviço em desacordo com as especificações constantes do presente Termo de Referência;

10.03. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de alimentação e entrega;

10.04.* Nos preços cotados deverão estar inclusos todas as taxas inerentes aos produtos.

10.05. Os produtos/serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

10.06. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

11.*DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

11.01. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) realizar o fornecimento seguindo os seguintes parâmetros:

11.1.1* Os PRODUTOS deverão ser de qualidade e deverão, obrigatoriamente atenderem às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade industrial – ABNT, INMETRO.



11.1.2*. Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e especificações mínimas exigidas abaixo:

- Identificação do produto;
- Embalagem original e intacta;
- Data de Fabricação e Data de Validade, quando for o caso;
- Instrução de uso e manuseio;
- Certificado de Garantia;
- Nome do Fabricante e Lote e Voltagem, quando for o caso;
- Registro no órgão fiscalizador (ABNT, INMETRO)

12.*DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.01.* O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

12.02. Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.03. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.04. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

12.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.05. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

13.DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO:

13.01. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.02. A CONTRATADA - deverá manter o atendimento, das 08h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e de 08h:00min a 12h:00min aos sábados, com funcionário(s) para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados neste instrumento.

13.03. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.04. A CONTRATADA deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, produto e ou o serviço a qualquer tipo de inconformidade.

13.05. *Não haverá exigência de garantia contractual da execução.

13.06. A CONTRATADA deverá comunicar à Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMARH através do telefone (84) 3377-2196 ou (84) 3377-2241, (84) 99637-9596 por WhatsApp ou por e-mail: admportalegre@gmail.com, no prazo máximo de 04 (quatro) horas que antecede a prestação do serviço ou do agendamento dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**14. *DO PRAZO CONTRATUAL, DA DOCUMENTAÇÃO REGULAMENTAR E DO LOCAL DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA:**

14.01. A execução do objeto contratual, mediante licitação, fundamentada na Lei 8.666/93, obedecerá às estipulações deste Termo de Referência, do edital e do respectivo contrato, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela contratada e dirigida às Secretarias respectivas, contendo os valores unitários e global, bem assim nos demais documentos constantes do procedimento administrativo pertinente.

14.02. *Do prazo - A CONTRATADA, deverá realizar a entrega do produto de acordo com os prazos estabelecidos no **item 12** e subsequentes, bem como no **item 13** e subsequentes, após solicitação por escrito da secretaria requisitante.

14.03. *Documentação Regulamentar - A fiscalização e **aceitação do objeto** serão do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente do processo de licitação, no caso das Secretarias Solicitantes, através de servidores da Unidade Administrativa em questão, mediante Portaria. Sendo que os produtos serão recebidos depois de conferidas as especificações e quantidades dos mesmos;

14.04. Só serão aceitos os produtos e ou serviços que estiverem de acordo com as especificações, **com a amostra**, com as cores acordadas e quantitativos exigidos, estando aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. **(Quando o produto/serviço, vier acompanhado do texto Apresentar amostra).**

14.4.1. O licitante que apresentar o menor preço deverá apresentar amostra do(s) item(ns) que constar(em) com a especificação, **(apresentar amostra)**, neste Termo de Referência. **A amostra poderá ser enviada de forma física ou através de Catálogo/expositor.**

14.4.2. A entrega de amostra/ ou envio de catálogo, faz-se necessário para garantir que o material/produto fornecido seja de qualidade, e que atenda às especificações contidas neste Termo de Referência.

14.4.3. O licitante de melhor proposta terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para o envio da amostra, após solicitação do pregoeiro. Podendo ser apresentada na mesma data da assinatura do contrato.

14.4.4. A amostra não faz parte do montante final, portanto não deve ser descontada da quantidade total a ser enviada.

14.4.5. A amostra, aprovada ou não, deverá ser retirada pelo licitante em **até 5 (cinco) dias úteis** após a aprovação ou recusa da mesma. Caso não seja retirada pelo licitante, a amostra será descartada.

14.4.6. Será recusado o material da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

14.4.7. O material final entregue deverá estar idêntico à amostra aprovada. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

14.05. O recebimento se efetivará nos seguintes termos:

14.5.1 Pelo servidor responsável no ato da entrega;

a) PROVISORIAMENTE pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

b) Os objetos deste termo poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

c) Os objetos deste termo serão recebidos definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da conformidade com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência;



d) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

e) Após a realização dos testes necessários para o perfeito funcionamento do objeto, quando for o caso;

f) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

g) Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Servidor designado. Desse modo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis. Só então será atestada a nota fiscal do serviço.

14.06. *Do Local da Entrega - A CONTRATADA, deverá realizar a entrega destes produtos dentro do horário de atendimento da unidade solicitante, quando a entrega for para o centro administrativo, deverá observar os seguintes horários:

a) * **Centro Administrativo – Localizado à Rua José Vieira Mafaldo, 122 – Centro de Portalegre RN (Prefeitura Municipal) – Carga e descarga pela rua lateral (rua Manoel de Freitas)**

b) * **Horário de Atendimento** para carga e descarga. 07h às 11h e das 13h às 16h – Para entrega, fora do horário de funcionamento o FORNECEDOR estará condicionado à consulta prévia à Contratada.

c) * A CONTRATADA deverá comunicar à Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMARH através do telefone (84) 3377-2196 ou (84) 3377-2241 ou por WhatsApp – (084) 99637-9596, no prazo máximo de 04 (quatro) horas que antecede a prestação do serviço ou do agendamento dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento da entrega dentro do horário de atendimento para que esta possa, averiguar a possibilidade de ampliação do horário de recebimento – **Ressaltamos que a consulta é de extrema necessidade**, tendo em vista que o fiscal do contrato e o servidor responsável pelo almoxarifado trabalham dentro do horário especificado na letra b, do item 14.6. Informamos que a CONTRATANTE, não se responsabilizará, por NÃO ATENDER a Contratada fora do horário especificado.

15. DOS VALORES, DOS SERVIÇOS E DA LIQUIDAÇÃO DO PAGAMENTO

15.01. Depois de recebida a documentação, o setor de gestão orçamentário-financeira procederá à realização do registro contábil da liquidação da despesa, obedecendo aos prazos estabelecidos pelo **Decreto Municipal n.º 027/2017 - PMP**.

15.02. O pagamento será efetuado contra empenho, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente rubricada pelo responsável pelo recebimento e liquidada, por intermédio da Prefeitura Municipal;

15.03. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão, da ordem de fornecimento e dados bancários, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;

15.04 O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os objetos atendem às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto;

15.05 Após o cumprimento de todas as providências que trata os itens anteriores, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento;

15.5.1. Os pagamentos serão efetuados após a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhada da certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união e Contribuições Previdenciárias (PGFN/INSS), certificado de regularidade de situação junto ao FGTS e certidão



negativa de débitos trabalhistas (CNDT) e certidão Municipal, contados a partir do recebimento definitivo.

15.06. O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução n.º 032/2016 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93 e regulamentada pelo **Decreto Municipal n.º 027/2017 - PMP**, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas;

15.07 No âmbito de cada unidade gestora, o pagamento das despesas orçamentárias será efetuado após expedição da ordem de pagamento a que se refere o art. 64 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os prazos:

15.7.1 de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, que são as obrigações cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24;

15.7.2 de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como prevê a alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

15.08. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados;

15.8.1 Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, as certidões negativas, ao fornecimento do objeto ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidades;

15.8.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

15.8.3 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, de acordo com o quantitativo efetivamente executado, através de transferência bancária em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante;

15.8.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.8.5. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

15.8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.8.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;



15.09. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação;

15.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

15.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

15.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ $TX =$ Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-------------------------	--

15.13. Os pagamentos podem ser realizados com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

16.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA

16.01. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência;

16.02. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.03. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando couber;

16.04. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.05. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

16.06. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

16.07. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

16.08. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

16.09. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;



- 16.10.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 16.11.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 16.12.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.13.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 16.14.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.15.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.16.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 16.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.18.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 16.19.** garantir a boa qualidade dos produtos mantendo a garantia mínima do fabricante;
- 16.20.** A Adjudicatária deverá apresentar garantia de fábrica de no mínimo 01 (um) ano, contra defeitos de fabricação;
- 16.21.** fornecer de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta;
- 16.22.** comunicar à Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 17.01.** Receber provisoriamente o produto e ou serviço, disponibilizando local, data e horário para o recebimento em condições estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus anexos;
- 17.02.** Verificar minuciosamente, no prazo estipulado, a conformidade do produto (material) e ou serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, do Edital e da Proposta, para fins de recebimento provisório e definitivo;
- 17.03.** O recebimento definitivo dar-se á após a análise e aprovação do(s) item(ns) pelo fiscal designado no Instrumento Contratual, ocasião em que será emitido e encaminhado à Contratada o documento denominado como “Termo de Recebimento Definitivo”;
- 17.04.** A Prefeitura Municipal de Portalegre, através da Secretaria Solicitante, realizará o pagamento somente após a entrega e aprovação, por meio da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, de todos os itens licitados;
- 17.05.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto e ou no serviço fornecido, para que seja substituído, fixando prazo para que seja reparado ou corrigido;
- 17.06.** Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no valor correspondente ao fornecimento do produto e ou serviço licitado, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos;
- 17.07.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 17.08.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as



cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.09 Promover o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, através dos servidores designados por meio do Gestor do Contrato;

17.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

17.11. Notificar a empresa contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

17.12. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

17.13. Prestar à empresa contratada, através do gestor dos contratos, informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

17.14. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.15. Assegurar o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.01. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 3.555 de 2000 e no Decreto Municipal nº 207 de 2021. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Portalegre RN, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste termo de referência, a CONTRATADA que:

18.1.01. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.02. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

18.1.03. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.04. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.05. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

18.1.06. Não manter a proposta dentro do prazo de validade;

18.1.07. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

18.1.08. Apresentar documentação falsa;

18.1.09. Não manter a proposta dentro do prazo de validade;

18.1.10. Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;

18.02. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima, bem como na inexecução do objeto deste termo e ou contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração, aplicadas pela Administração as seguintes sanções:

18.2.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

c) multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.03. As sanções previstas no primeiro, quinto, sexto e sétimo do subitem anterior poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.04. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.05. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.06. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- a) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.07. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.08. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.09. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19. DO REAJUSTE E DA VIGÊNCIA DA ATA

19.01. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;



19.02. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

19.03. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

19.04. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

19.05. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

19.06. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

19.07. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

20.01 EXCLUSIVA ME/EPP - Quando a estimativa do valor da contratação para cada item não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será garantido o tratamento diferenciado para ME e EPP, tornando a licitação EXCLUSIVA para a participação dessas empresas, não havendo incidência de nenhuma das hipóteses previstas no art. 49, da Lei Complementar n.º 123/2006.

20.02. ITENS ABAIXO DE 80 MIL EXCLUSIVOS E COTA DE 25% PARA OS ITENS ACIMA DE 80 MIL - Quando a estimativa do valor da contratação para alguns itens não ultrapassa R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), cabendo o tratamento diferenciado EXCLUSIVO para ME e EPP nesses itens e a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) dos demais, tendo em vista não haver incidência de nenhuma das hipóteses previstas no art. 49, da Lei Complementar n.º 123/2006.

21. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

21.01. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.02. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

21.03. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21.04. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

21.05. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará.

21.06. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

21.07. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.



21.08. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.09. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

21.10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

22. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

22.01. Informamos as despesas deste objeto acorrerão à conta dos recursos consignados em dotação orçamentária, prevista no Orçamento do Município de Portalegre/RN. Ressaltando-se que, à época da efetivação da aquisições/contratações que poderão advir de processo licitatório, os recursos orçamentário correspondentes correrão às custas de cada Unidade Gestora solicitante.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.01. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

24. *DOS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO:

24.1. O atesto das notas fiscais, para efeito de pagamento mensal, será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.

24.2. Para efeito do disposto no item anterior, o responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:

I – a qualidade dos serviços e dos produtos empregados;

II – a presteza no atendimento das solicitações da Administração;

III – o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato; e,

IV – o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.

24.3. Quando da conclusão, os serviços não serão aceitos, caso não sejam executados a contento. A par disso, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação, sem prejuízo da incidência das sanções administrativas aplicáveis.

24.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

24.5. Os servidores responsáveis pela fiscalização dos serviços deste Termo de Referência serão: o Sr. **Francisco de Souza Neto**, nomeado como fiscal do contrato, caso seja celebrado um, através da Portaria nº. 046/2022 e ou a Sra **Isabel Tereza Costa fonseca**, nomeada suplente de fiscal de contratos,



Portaria 283/2022, para os serviços solicitados através da **Secretaria de Administração e Recursos Humanos**, relacionados a todas as dependências do Centro Administrativo do município de Portalegre RN.

Em relação aos serviços executados para os prédios relacionados à **Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social** a Sra **Francisca Sandréginis de Castro Magalhães**, nomeada como fiscal do contrato, caso seja celebrado um, através da Portaria 319/2022.

Em relação aos serviços executados para os prédios relacionados a **Secretaria Municipal de Educação e Desporto**, o Sr **Elismar Bezerra**, nomeada como fiscal do contrato, caso seja celebrado um, através da Portaria 220/2021 e ou a Sra. **Sabrina Macaeli Rocha Vieira de Oliveira**, nomeada através da portaria nº 257/2022

Nos pedidos dos produtos executados para os prédios relacionados a **Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico**, a Sra **Maria José de Almeida Carvalho**, nomeada como suplente de fiscal do contrato, caso seja celebrado um, através da Portaria 221/2021

Na falta de quaisquer um dos fiscais acima, estes serão automaticamente, substituídos pelo fiscal do órgão gerenciador da licitação, o Sr. **Francisco de Souza Neto**, nomeado como fiscal do contratos celebrados cujo órgão gerenciador é a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, através da Portaria nº. 046/2022

Em caso de ata de registro de preço, ou emissão de ordem de compra o mesmo permanece no acompanhamento e atesto das NFs. O gestor responsável pelos contratos administrativos é a Sra. **Ana Beatriz Jacinto de Almeida**, portaria 078/2021 e a Sra **Fabia Pricilla Moraes Rêgo**, nomeada suplente de Gestor de contratos, Portaria 284/2022.

A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

25.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.01.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

26.1. Consoantes o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

27.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

27.1. Havendo proposta com valor unitário manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao fornecimento a ser adquirido, bem como demais informações pertinentes, no Município de Portalegre/RN setor de Licitações, na Rua José Vieira Mafaldo, 122, centro, Portalegre – RN – Centro, no horário compreendido entre as 7h às 11h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.



28.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município no setor de Licitações.

28.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Portalegre/RN, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Portalegre/RN, 07 de outubro de 2022

Ana Maria Holanda Diógenes Soares
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Portaria nº. 002/2021 – GP/PMP